



O argumento ontológico para a existência de Deus: algumas versões e crítica¹

Thiago dos Anjos Noletto Barros

Resumo: Este ensaio é uma discussão introdutória acerca do renomado argumento ontológico para a existência de Deus, formulado originalmente por Anselmo de Cantuária, cuja pretensão era desenvolver um raciocínio especulativo que tomasse o atributo da existência como consequência da compreensão do conceito de Deus. Esse argumento recebeu inúmeras críticas e reformulações ao longo da história do pensamento filosófico, razão pela qual estorva o propósito de lidar com todas de modo exaustivo e satisfatório, discutindo suas nuances e meandros, num ensaio que se pretende exíguo. Entretanto, seu objetivo de ser uma introdução acerca desse tema da filosofia analítica da religião resulta adequado.

Palavras-Chaves: Deus; Argumento Ontológico; Lógica; Filosofia da Religião.

Introdução

Deus é um problema filosófico com implicações em diversas áreas da experiência humana, especialmente religiosa. Ao longo dos séculos, a questão da existência de Deus tem sido motivo de acalorados debates. Já na Idade Média, quando a filosofia ocidental se perfazia de muitas preocupações metafísicas, argumentos que visavam dar uma resposta positiva à questão e que tivessem sintonia com a razão foram apresentados. Um dos mais sofisticados é aquele denominado

¹ Esse texto foi apresentado originalmente como uma comunicação no CONCRER – Congresso de Ciências da Religião da UERN – seção temática 13 – Filosofia da Religião, que ocorreu em Natal/RN, no dia 10 de novembro de 2021.

de “argumento ontológico”, elaborado por Anselmo de Cantuária, também conhecido como Anselmo de Aosta. Neste argumento, a existência de Deus é derivada de seu próprio conceito, portanto *a priori*. Filósofos modernos chegaram a adicionar importantes premissas e conteúdos ao argumento desenvolvido por Anselmo, dentre os quais se destacam Descartes e Leibniz. Apesar disso, várias críticas ao argumento ontológico foram oferecidas ao longo dos anos e, talvez, a versão kantiana seja uma das mais severas. O presente ensaio discorre brevemente sobre esse argumento através de suas versões e críticas, considerando-o como um importante tópico de discussão para a filosofia analítica da religião em particular, bem como para as ciências da religião em geral.

1 O Argumento Ontológico

Compreende-se *Argumento Ontológico*, atrelado à justificativa da existência divina, como todo aquele consistente esforço intelectual expresso em um raciocínio argumentativo *a priori* para demonstrar a racionalidade da existência de Deus fundamentada em seu conceito. Anselmo de Cantuária foi o primeiro filósofo a discuti-lo de forma categórica em suas reflexões no *Proslogion*. Como diz Abbagnano (2007, p. 263.): “A prova ontológica foi formulada no séc. XI por Anselmo de Aosta. Sua característica é passar do simples conceito de Deus à existência de Deus”. Essa passagem se dá mediante articulação inferencial do conceito ou ideia de Deus – e tudo aquilo que lhe envolve – como justificção à predicação de sua existência. De maneira resumida, a existência é derivada da definição de Deus, visto que na condição de Ser metafisicamente necessário, supremo e máximo, nada poderia lhe faltar, inclusive a existência. As palavras de Anselmo são esclarecedoras nesse ponto:

Sem dúvida, “aquilo maior do que o qual nada pode ser pensado” não pode existir unicamente no intelecto. Se, na verdade, existe pelo menos no intelecto, pode pensar-se que exista também na realidade, o que é ser maior. Se pois “aquilo maior do que o qual nada pode ser pensado” existe apenas no intelecto, então “aquilo mesmo maior do que o qual nada pode ser pensado” é “algo maior do que o qual algo pode ser pensado”. Mas isto, <como é evidente>, é claramente impossível. Existe, pois, sem a menor dúvida, “alguma coisa maior do que a qual nada pode ser pensado” tanto no intelecto como na realidade (ANSELMO, 2008, p.12)

Observe que o filósofo medieval compreende que a simples intelecção de um ser maximamente grande e sobre o qual nada poderia ser pensado para além, enquanto categoria-limite da razão, é cognoscível, porém não seria logicamente adequado considera-lo apenas como objeto do intelecto,

pois assim não seria maximamente grande. A noção de grandeza e perfeição, nesse caso, pressupõe analiticamente sua existência para além do próprio intelecto que o intui. Na condição de ser “sobre o qual nada maior pode ser concebido”², sua existência não pode ser prescindida senão sob o furto ou arruinamento desta definição. Novamente, Abbagnano (2007, p. 264) clareia: “Esse argumento consta de dois pontos: 1 – o que existe na realidade é ‘maior’ ou mais perfeito do que o que existe só no intelecto; 2- negar que aquilo de que não se pode pensar nada de maior existe na realidade significa contradizer-se”.

O argumento ontológico, por óbvio, difere das formas de justificação da existência de Deus que tomam os fenômenos como elementos recursivos relevantes quanto ao peso probante da divina existência. Ele não depende de uma análise redutiva dos fenômenos, seja dos objetos em si ou dos seus movimentos, para referenciar uma causa originária e, portanto, divina, de justificação *a posteriori*. Ele é meramente um argumento que prima pela analiticidade dos conceitos envolvendo as premissas e sua implicação inferencial lógica na conclusão. Não por acaso, tem sido considerado um dos mais engenhosos raciocínios desenvolvidos sobre a questão da teontologia³, mas também, pela mesma razão, exibe-se como alvo das mais severas críticas.

2 Variações do Argumento Ontológico

Após Anselmo, outros filósofos buscaram desenvolver o argumento ontológico. Alguns deles serão sucintamente citados neste material, a saber, Descartes e Leibniz. A intenção, contudo, não é detalhar os meandros dessas versões, algo que ocuparia comunicações específicas para cada uma, mas sim exibir algumas de suas especificidades através de uma abordagem geral. Descartes, por exemplo, é um dos que resgatam a temática do argumento ontológico em suas *Meditações Metafísicas*. Na quinta meditação, o filósofo exprime:

Ora, agora, se do simples fato de que posso tirar do meu pensamento a ideia de alguma coisa segue-se que tudo quanto reconheço pertencer clara e distintamente a esta coisa pertence-lhe de fato, não posso tirar disto um argumento e uma prova demonstrativa da existência de Deus? É certo que não encontro menos em mim sua ideia, isto é, a ideia de um ser soberanamente perfeito, do que a ideia de qualquer figura ou de qualquer número que seja (...) do simples fato de eu não poder conceber Deus sem existência, segue-se que a existência lhe é inseparável, e, portanto, que existe verdadeiramente: não

² Do latim, “*Te esse aliquid quo nihil maius cogitari possit*”

³ Ramo da especulação teológica e filosófica que versa sobre a noção do “ser de Deus” (de ὄντος, ser, e Θεός, Deus).

que meu pensamento possa fazer que isso seja assim, e que imponha as coisas qualquer necessidade; mas, ao contrário, porque a necessidade da coisa, a saber, a existência de Deus, determina meu pensamento a concebê-lo dessa maneira (DESCARTES, 1974, p.132,133.)

A diferença entre ele e Anselmo se dá na inversão da inferência: enquanto o filósofo medieval deduz a existência da ideia de perfeição divina, conclusa em sua definição, Descartes aponta para a existência de Deus como determinante de seu pensamento acerca da perfeição. Nas palavras de Rosa e Pereira:

O espírito de Descartes está pronto para afirmar que Deus existe mesmo, não pelo facto de o pensarmos, uma vez que o pensamento não pode imprimir a necessidade da existência. É a necessidade da própria coisa, nomeadamente a existência de Deus, que determina o seu pensamento (ROSA e PEREIRA, 1995, p. 55)

Esta sutil distinção se justifica pelo itinerário seguido na epistemologia cartesiana, através do qual a garantia do pensamento claro e distinto e da atividade da *res cogitans* se determina, em última análise, pelo substrato metafísico da *res infinita*, isto é, Deus.

Leibniz, por seu turno, ofereceu uma formulação que deduz a necessidade da existência divina a partir da identidade entre sua possibilidade e a realidade. A noção é de que um ser divino sendo necessário, sua possibilidade implica em existência⁴. Nas palavras de Leibniz, no § 45 da *Monadologia*:

Assim, só Deus (ou o Ser Necessário) tem o privilégio de que, se ele é possível, tem de existir. E como nada pode impedir a possibilidade daquilo que não encerra quaisquer limites, nenhuma negação e, por conseguinte, nenhuma contradição, só isso basta para conhecer a existência de Deus a priori. (LEIBNIZ, 2016, p. 51.)

De acordo com essa perspectiva, a ontologia divina se impõe necessária frente a sua própria possibilidade. Uma vez não havendo contradição entre os termos necessário e possível neste caso específico, a essência divina, então, tem de ser compreendida como fundamento da existência. E a ausência de contradições torna possível aquilo que é. Rosa e Pereira (1995, p. 57) observam:

A condição necessária e suficiente para a existência de x é que o conceito de x não se contradiga em si mesmo (...) o filósofo mostra que o ser possível é necessário, uma vez

⁴ É o que diz Nicola Abbagnano (2007, p. 264): “Leibniz, por sua vez, aceitou essa prova e formulou-a como identidade de possibilidade e realidade em Deus”

que a essência mais perfeita tem de ser pensada ao mesmo tempo que a existência, porque nela a essência é o fundamento da sua existência

Como se nota, o argumento ontológico passou por inúmeras variações, mas sempre mantendo essa noção apriorística da existência divina em torno do conceito de Deus ou definição teontológica.

3 Críticas ao Argumento Ontológico

Se, por um lado, o argumento ontológico teve grandes e renomados adeptos ao longo dos anos, seus críticos, por outro, não foram menos evidentes. O monge Gaunilo, em seu *Liber pro insipiente*, já ofereceu duras observações ao modelo proposto por Anselmo, portanto, já no início da circulação do argumento ontológico, assim como Gassendi e, sobretudo, Immanuel Kant objetaram a versão cartesiana. A fim de ilustrar uma dessas críticas, Kant será o autor abordado e sua objeção ao argumento ontológico se baseia, precisa e objetivamente, na impossibilidade de hipostasiação de um predicado lógico e sua identidade a um predicado real.

Isso quer dizer, então, que há intrínseca contradição – diversamente do que pensara Leibniz – nos conceitos arrolados. Uma vez que Deus está fora do campo de toda experiência possível, portanto acima do domínio do campo especulativo, os conceitos e conteúdos aplicados derivam de uma ilusão sub-reptícia da razão⁵. Ademais, Kant considera que a existência é cópula de um juízo, ou seja, na proposição “Deus é poderoso”, o termo “é” não acrescenta nenhum novo predicado, tornando a questão da existência alheia enquanto atributo:

Quando dizemos que Deus existe, nenhuma propriedade lhe atribuímos. Desta maneira, não existe entre a ideia de Deus que existe e a ideia de Deus que não existe nenhuma diferença. A existência não acrescenta nada à ideia de Deus, uma vez que a existência, não sendo atributo, não pode ser uma perfeição (ROSA e PEREIRA, 1995, p. 62)

De acordo com Kant, na Crítica da Razão Pura, no capítulo III, *O ideal da razão pura*, quarta seção, intitulada *Da impossibilidade de uma prova ontológica da existência de Deus*, o problema remanesce historicamente pelo equívoco alhures considerado. Ele diz: “Em todos os tempos se falou do ser *absolutamente necessário*, mas envidaram-se mais esforços para provar a sua existência

⁵ Diz Kant: “Eu podia, sem dúvida, ter a esperança de refutar, sem mais rodeios, esta vã argúcia, mediante a rigorosa determinação do conceito de existência, se não tivesse descoberto que a ilusão de confundir um predicado lógico com um predicado real (isto é, com a determinação de uma coisa) quase exclui todo o esclarecimento. Tudo pode servir, indistintamente, de predicado lógico, e mesmo o sujeito pode servir a si próprio de predicado, porque a lógica abstrai de todo o conteúdo; mas a determinação é um predicado que excede o conceito do sujeito e o amplia. Não deve pois estar nele contida” (KANT, 2001, A598/B626).

do que para compreender como se poderá e até mesmo se se poderá pensar uma coisa desta espécie” (KANT, 2001, A592/B620). Ou seja, a preocupação sobre a existência de tal ser deveria ser discernida à luz das possibilidades especulativas de pensa-la.

Por fim, o filósofo de Königsberg, ao demonstrar a incongruência de pensadores da tradição anterior, especialmente Leibniz e Descartes⁶, aponta que a chamada “prova ontológica” na verdade é um equívoco:

Se, por conseguinte, penso um ser como realidade suprema (sem defeito), mantém-se sempre o problema de saber se existe ou não. Porque, embora nada falte ao meu conceito do conteúdo real possível de uma coisa em geral, falta ainda algo na relação com todo o meu estado de pensamento, a saber, que o conhecimento desse objeto também seja possível a posteriori. E aqui se mostra também a causa da dificuldade que reina neste ponto. (KANT, 2001, A600/B628)

Considerações Finais

O argumento ontológico é uma das formas mais elegantes de um raciocínio especulativo que visa justificar lógica e aprioristicamente a existência de Deus. Ao longo dos anos, sua formulação foi desenvolvida, mas a essência sempre permaneceu: aduzir a existência de Deus a partir de uma inferência de seu conceito. Com Anselmo, o predicado da existência se conclui da essência perfeita divina, de tal maneira que o “ser sobre o qual nada maior pode ser concebido”, em sua grandeza máxima e incomparável, deve incluir a sua existência para além do próprio pensamento que o infere. Descartes e Leibniz acrescentaram elementos sutis, porém importantes, a essa disposição quando, para o primeiro, a existência de Deus é que assegura a noção intelectual a respeito da perfeição e, para o segundo, há identidade entre a possibilidade e a realidade no tocante a Deus. Kant fará uma severa crítica ao argumento ontológico desfazendo a compreensão de que predicados lógicos podem ser fundamentos inferenciais de predicados reais, isto é, que a perfeição é a base demandante da existência. O fato é que o argumento ontológico até o presente continua a ser um dos raciocínios mais interessantes no campo da filosofia da religião e um dos mais elaborados sobre a temática da existência de Deus.

⁶ Kant diz: “assim, o famoso Leibniz não realizou aquilo de que se ufanava: ter conseguido, como pretendia, conhecer a priori a possibilidade de um ser ideal tão elevado. Por conseguinte, em vão se despendeu esforço e cansa com a célebre prova ontológica (cartesiana) da existência de um Ser supremo a partir de conceitos, e assim como um mercador não aumenta a sua fortuna se acrescentar uns zeros ao seu livro de caixa para aumentar o seu pecúlio, assim também ninguém pode enriquecer os seus conhecimentos mediante simples idéias” (KANT, 2001, A602/B630)

Referências

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ANSELMO. **Proslogion seu Alloquium de Dei existentia**. Tradução de José Rosa. Covilhã: LusoSofia Press, 2008 (Coleção: Textos Clássicos de Filosofia)

DESCARTES, René. **Meditações Metafísicas**. São Paulo: Abril Cultural, 1974 (Coleção: Os Pensadores)

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

LEIBNIZ, G. W. **Monadologia**. Tradução e Apresentação de Adelino Cardoso. Lisboa: Edições Colibri, 2016.

ROSA, José Silva; PEREIRA, Maria Helena Reis. **Proslogion: Santo Anselmo** – Texto Integral, Leitura orientada, Propostas de Trabalho. Lisboa: Texto Editora, 1995.

Autor:

Thiago dos Anjos Noletto Barros

Doutorando e Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Especialista em Ciências da Religião pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Licenciado em Filosofia pela Faculdade Dom Heitor Sales (FAHS) e Bacharelado em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Bacharel em Teologia pela Faculdades EST (EST) e com graduação livre (intracampus) em Teologia pelo Seminário Teológico Evangélico do Betel Brasileiro (STEBB). Licenciado em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Atualmente é professor efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) na área de Filosofia, com experiência na área de Metodologia da Pesquisa Científica.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2276-3266>

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/9221381652007451>